

As terras de quilombos

são territórios étnico-raciais com ocupação coletiva baseada na ancestralidade, no parentesco e em tradições culturais próprias. Elas expressam a resistência a diferentes formas de dominação e a sua regularização fundiária está garantida pela Constituição Federal de 1988.

O Decreto 4.887/2003 define que o INCRA é o órgão federal responsável pela titulação dos quilombos, com competência concorrente do Distrito Federal, estados e municípios. Para fins de regularização fundiária, o INCRA elabora Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) que reúnem informações fundiárias e cadastrais das famílias, bem como a caracterização antropológica, histórica, econômica e ambiental da área quilombola. Esse trabalho tem gerado um grande acervo de dados, registrando de maneira inédita um arcabouço de manifestações e características dos quilombos nos períodos escravocrata e pós-escravocrata.

O objetivo da parceria entre INCRA, NEAD (SEAD) e UFMG é sistematizar e dar publicidade às informações contidas nos RTIDs, em muitos casos ignoradas pela historiografia oficial. Esse material, registrado no âmbito dos processos administrativos do INCRA, foi transposto para uma linguagem acessível, com o apoio de diversos colaboradores, destacando-se os autores das etnografias dos RTIDs. Os livretos trazem também depoimentos dos próprios quilombolas. Eles testemunham a continuidade de uma luta fortalecida pela esperança de que o conhecimento de sua história garanta finalmente a compreensão da legitimidade de seu pleito pela titulação.

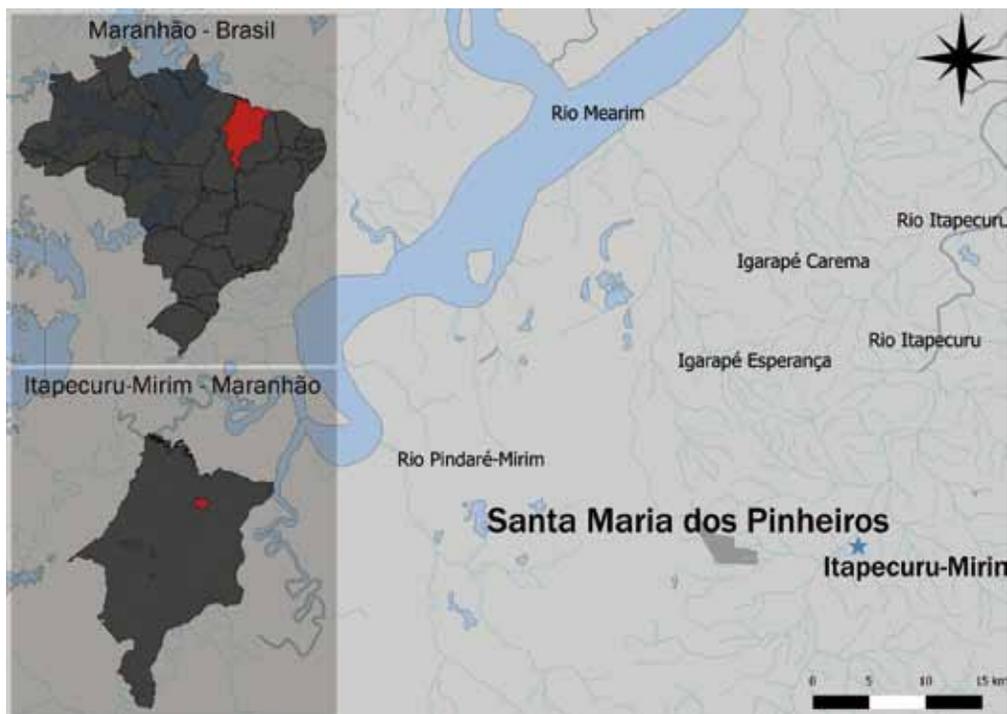
A publicação dos livretos visa, assim, a contribuir para o reconhecimento das comunidades quilombolas, estimulando a difusão de informações qualificadas sobre elas. Reunidas nesta Coleção, as histórias de resistência quilombola agora podem ser conhecidas mutuamente pelos quilombolas das diversas regiões do país. Espera-se também que este material forneça a gestores públicos, educadores, pesquisadores e demais interessados informações acessíveis sobre essas comunidades.



Comunidade Quilombola Santa Maria dos Pinheiros

O Quilombo Santa Maria dos Pinheiros está localizado no município de Itapecuru-Mirim, às margens da BR-135, na região denominada Vale do Itapecuru, Maranhão. A presença de escravizados trabalhando em fazendas no Vale do Itapecuru é conhecida desde 1622, quando foram implantados os primeiros engenhos de cana de açúcar na região. Esta região concentra, nos dias de hoje, um número bastante expressivo de comunidades organizadas em associações quilombolas que reivindicam o direito ao uso e à propriedade coletiva da terra.

O território de Santa Maria dos Pinheiros reivindicado pelos quilombolas é composto por 4 povoados que mantêm relações interdependentes e laços históricos, são eles: Colombo, Morro Grande, Mou-



ra e Santa Maria. Esses povoados centenários formam um território comum, compartilham histórias e singularidades.

Em 1999, mediante solicitação de reconhecimento como comunidade quilombola, parte da área de Santa Maria dos Pinheiros passou a ser considerada Projeto Especial Quilombola, pelo INCRA. Nesse processo, 400 hectares de terra, dos 1000 hectares reivindicados pelos 4 povoados como território quilombola, foram desapropriados para fins sociais. De acordo com informações dos moradores, atualmente vivem cerca de 35 famílias nessa área. Mas, tendo em vista que o território considerado pelos quilombolas é maior, sua luta pela terra não chegou ao fim.

As famílias lutam para garantir seu modo de vida, a continuidade de suas relações comunitárias e de suas formas de produção. A mobilização dos quilombolas é para que a área onde estão localizados os povoados Colombo, Morro Grande e Moura seja também delimitada, contemplando toda a área da comunidade quilombola de Santa Maria dos Pinheiros.



Casa de Forno (projeto não concluído). Foto de Joel Marques, abril de 2016.

No tempo de Zeferino: o Papa Fino

O território de Santa Maria dos Pinheiros é ocupado por quilombolas desde a década de 1820, quando as terras foram doadas a Zeferino dos Santos, conhecido como Negro Zeferino, que passou toda a vida escravizado na fazenda e as recebeu após a morte do antigo fazendeiro, Frederico Pinheiro. O Senhor José de Ribamar Tinoco, mais conhecido como Seu Tinoco, nascido em 1956 e descendente de Zeferino, cita de memória a fala do fazendeiro, na ocasião em que ele chamou Zeferino, para lhe comunicar a doação: - “Eu só tenho esta terra. Esta terra é tua, para tu criar teus filhos, criar teus netos, criar teus bisnetos e não ter venda, Zeferino”. Seu Tinoco completa: “Foi à vinda que a gente veio da África para cá e com o decorrer do tempo o branco morreu e deixou uma légua e seiscentos metros em quadrado”.

Seu Tinoco destaca que o branco não fez a doação da terra por um agrado, nem por bondade, mas como uma forma de compensação pelo trabalho de Negro Zeferino. Homem trabalhador, Zeferino era merecedor da herança dada pelo branco fazendeiro, afirmam seus herdeiros. Destacam que nessa terra doada havia um forno feito de barro e recoberto de metal, empregado na fabricação de farinha. O forno era amplo e tinha grande capacidade para produção de farinha de mandioca, no tempo em que Zeferino vivia.

Na comunidade, Zeferino era conhecido pelo apelido carinhoso de Papa Fino. Papa Fino teve nove filhos de duas uniões, primeiro com Ovídia e depois com Augusta. Nascidos dessas uniões, são herdeiros de Zeferino: Raimundo Veríssimo dos Santos, Marcelino dos Santos, Pedro Santos, Raimundo Santos, Canuta dos Santos, Virgília dos Santos, Glicéia dos Santos, Vitória dos Santos e José Pedro dos Santos.

A liderança de Papa Fino era bastante reconhecida na comunidade. A imagem que perdura é de um homem que acordava cedo e trabalhava o tempo todo. Definia as regras de convívio diário, dava permissão a outras famílias para morar na comunidade, definia o local onde deveriam construir suas casas, explicava como era a lida com

os recursos naturais e como deveria ser a relação com os povoados vizinhos. Papa Fino ensinava seus netos e bisnetos a rezar e organizava as festas na comunidade. Nessas ocasiões, convidava moças e rapazes dos povoados vizinhos, como do povoado Outeiro, e “quando eles iam fazer [festa], vinham pedir as moças de Papa Fino para levar para lá para fazer festa. Aí, saíam os casamentos”, relata Maria das Neves da Paz Tinoco, conhecida como Dona Nelza, nascida em de 1946, descendente de Zeferino.

A relação de proximidade com os povoados vizinhos favoreceu a formação de várias famílias, a partir de casamentos realizados entre moradores de diferentes povoados da região. A partir dessas uniões, surgiram novas relações de parentesco e “assim foi se formando esta nação aqui dentro do território”, conta Seu Tinoco.

Marcas e marcos da memória

A importância de Zeferino para a história de Santa Maria dos Pinheiros pode ser percebida em diferentes aspectos da vida do povoado. As famílias chegadas de outras comunidades eram acolhidas em Santa Maria dos Pinheiros e Zeferino auxiliava na definição da área



Quilombolas em reunião abrigados pela copa da árvore. Foto de Joel Marques, abril de 2016.



Casa de forno. Foto de Joel Marques, abril de 2016.

do terreno onde as casas eram construídas. No tempo em que ele vivia, os moradores costumavam plantar mangueiras e cajueiros em várias partes do território. Essas árvores são lembradas pelas copas vistosas, e são associadas à vitalidade do tempo de Papa Fino. Diz Dona Nelza: “Isso tudo tinha: mangueira, cajueiro, tinha tudo”. E completa: “Aí, foi quando o Zeferino foi ficando velho, foi ficando velho, aí morreu”. Essas árvores frutíferas se tornaram marcos dos locais onde as casas dos moradores foram construídas ao longo dos anos.

Além das árvores, outra referência espacial importante no quilombo é o chamado Cemitério dos Velhos, destinado especificamente ao sepultamento de adultos. Este lugar é conservado pelos moradores, com carinho e especial atenção. No Cemitério dos Velhos foram sepultados o branco fazendeiro Frederico Pinheiro, o Negro Zeferino e sua esposa Ovídia, conhecida como Dodô. As crianças e os recém-nascidos, chamados anjinhos, são sepultados em outra área chamada Cemiterinho.

Visitas ao Cemitério dos Velhos são frequentes e as sepulturas de Zeferino e dos parentes fazem com que os quilombolas relembrem várias histórias dos seus antepassados.

O poço de pedra construído na antiga fazenda, as ruínas da casa do antigo fazendeiro, e o forno de farinha entregue a Zeferino no ato

da doação da terra são outros marcos de memória da comunidade. “Esse forno tinha duas argolas; podia botar 12 paneiros de farinha que não enchia dentro dele”, garante Dona Nelza. **Esses são elementos importantes para a memória da comunidade, lembranças que os ajudam a reviver a história de formação do quilombo, destacando a experiência produtiva ligada ao cultivo da mandioca e à fabricação de farinha, que foram centrais para certa autonomia.**

A maior parte das famílias que vivem em Santa Maria dos Pinheiros trabalha na terra, segundo Seu Tinoco. É desta atividade produtiva que os quilombolas tiram seu sustento. Cada família se responsabiliza pelo plantio, colheita e uso do que produzem em suas roças. As dificuldades quanto a uma limitação do tamanho das áreas de cultivo são apontadas como uma questão importante para os moradores, assim como a limitação das áreas para as moradias.

Houve a implantação de algumas obras de infraestrutura, na comunidade mas, apesar de satisfeitos com algumas melhorias, os quilombolas esperavam mais comodidade, e reclamam, por exemplo, do tamanho das casas de alvenaria. Essas casas substituíram as antigas moradias de taipa cobertas com palha de babaçu onde moravam até um passado recente, quando era mais comum depois do trabalho, os moradores se assentarem à porta de suas casas para conversar. O material de uso tradicional limitava a durabilidade das moradias, mas os cômodos eram mais amplos e, especialmente os banheiros tinham mais espaço. A alvenaria é mais resistente, mas as casas construídas são sensivelmente menores do que as anteriores. Seu Tinoco, comentando a este respeito, disse que o fato de morarem no interior não quer dizer que os quilombolas não queiram um pouco de conforto. Quanto à definição do tamanho dos lotes destinados a cada família, Seu Tinoco reconhece que estão satisfeitos, pois não há um limite rígido. Cabe às famílias estabelecerem o tamanho do lote onde vão fazer suas hortas e criar animais de pequeno porte.

Terra que não se dá, não se vende, não se empresta, não se arremedia

Com a morte de Zeferino, houve um conflito entre seus herdeiros. O filho mais velho, Raimundo Veríssimo, passou a ser o responsável pelo território. Os demais herdeiros acusam Raimundo Veríssimo de conseguir o direito exclusivo de posse das terras, por meio de uma ação de usucapião, que também lhe concedeu direito à venda de algumas áreas. As terras que eram de uso coletivo passaram, assim, a ser controladas por uma única pessoa, que estabeleceu a cobrança de *foro* de todos os moradores para que pudessem cultivar a terra. O *foro* é um pagamento pelo uso da terra a quem se intitula seu proprietário e o seu valor é calculado segundo o tamanho da área cultivada e o volume da produção ao final da colheita. “Era só dois irmãos que faziam isso, tentavam cobrar *foro* dos demais e, depois, venderam a terra”, explica Dona Nelza. Entretanto, segundo Seu Tinoco, os moradores resistiram e não pagaram o *foro* cobrado pelo uso da terra.

O conflito entre os herdeiros de Zeferino começou com a cobrança desse *foro* e se intensificou depois que as terras foram vendidas, beneficiando apenas alguns de seus filhos. Raimundo Veríssimo negava que vendeu as terras e se defendia dizendo que foi enganado. Seu Tinoco reforça que a terra não deveria ser colocada à venda pelos herdeiros:

O meu antepassado era Zeferino, que era escravo, foi ele que recebeu a terra como herança, [pois o fazendeiro] não tinha família, tinha duas filhas desaparecidas, nunca mais apareceram lá no território onde eles existiram e ele prometeu. Ele chamou o Zeferino e disse: “Eu não tenho com que te pague, o que eu tenho é esta terra para deixar para você trabalhar, criar filhos, netos, bisnetos, tataranetos, e os outros que chegar, mas esta terra não se vende, não se dá, não se empresta e não se arremedia.

Com a venda das terras, várias outras fazendas foram se formando, pois cada dono “comprou e foi vendendo os pedaços, vendendo os pedaços para um e para outro”, relata Dona Nelza. Assim teve início

o processo de fragmentação e ocupação do território por vários fazendeiros. “A vida aqui, depois que vendeu as terras, a vida aqui ficou difícil”, lamenta Dona Nelza. A partir da venda de parte do território de Santa Maria dos Pinheiros, as terras que eram para usufruto da comunidade, assim como do forno de farinha, foram parar em outras mãos. Segundo Dona Nelza:

“Aí eles foram e tiraram o forno, tomaram, levaram ali para a casa deles, dali eles foram vender o forno. Eles venderam. Aí o resto o que foi que eles fizeram? Foram e venderam as terras escondido. Deram a terra escondido; venderam e deram”.

O forno foi vendido na década de 1960 para um comerciante, residente no povoado Mato Grande e está atualmente sob os cuidados da sua filha mais velha.

Com a formação das fazendas no território quilombola de Santa Maria dos Pinheiros, as terras foram desmatadas, transformadas em pasto, cercadas com arame farpado, e as famílias começaram a ter dificuldades de acesso a várias áreas da comunidade. **Cercas com arame farpado, cercas eletrificadas e cancelas passaram a fazer parte dos caminhos centenários percorridos pelos quilombolas.** “Aqui teve fazendeiro, empregado de fazendeiro, que disse que vinha meter trator para derrubar as casas”, lembra Seu Tinoco.

O Caminho Velho, também chamado de Caminho Trivial pelos descendentes de Zeferino, era uma importante via de comunicação ligando os municípios de Itapecuru-Mirim e Anajatuba, que já era usada por escravizados, transportando mercadorias em carroças e carros de boi. Esse caminho não pode mais ser usado pelos quilombolas de Santa Maria dos Pinheiros, já que os fazendeiros ocuparam as terras com a criação de gado, dificultando o direito de ir e vir das famílias. “Nós vivemos cercados aqui de fazendeiro, sem ter por onde sair”, reclama Dona Nelza. O acesso às outras comunidades foi prejudicado e a comunicação limitada. “Tudo estava cercado, encurralado”, diz Dona Nelza. “Era nosso e hoje nós não temos em nossas mãos, está na mão dos outros”, completa.

As ameaças constantes dos fazendeiros aos quilombolas e a limitação das condições de vida das famílias se tornaram um grande desafio para os que ainda resistem. Em 1993, os moradores fundaram a Associação dos Moradores de Santa Maria dos Pinheiros, atualmente denominada Associação dos Moradores Quilombolas do Povoado Santa Maria dos Pinheiros, cujo presidente é Seu Tinoco. Foi através da mobilização feita por essa associação que a luta pela terra foi formalizada e solicitado ao Inbra o reconhecimento territorial.

As atividades econômicas dos quilombolas foram afetadas com a expropriação das terras. A produção agrícola, principalmente, foi reduzida. A roça grande é preparada em janeiro, com plantio no período chuvoso. Essa roça “é coletiva, agora dentro da coletividade tem as suas separações”, conta seu Tinoco. **A prática da roça coletiva precisa de área de plantio extensa. As famílias preparam a terra de modo coletivo para a colheita de arroz, diferentemente da roça de verão, também conhecida como fuma, que se faz com plantio em áreas menores, para colheita de feijão e mandioca.**



Casa de Forno. Foto de Joel Marques, abril de 2016.

Como atividades complementares à agricultura, a pesca e a caça de animais silvestres também foram comprometidas depois da instalação das fazendas. A maior parte dos igarapés usados para pesca ficou fora da área de 400 hectares delimitada pelo INCRA. Nesta área são identificados três igarapés, sendo respectivamente, Igarapé do Criminoso, Igarapé dos Pretos e Igarapé da Velha. Desse modo, os quilombolas, além da dificuldade com o plantio, foram privados da pesca e, em certa medida, da coleta de frutos e das atividades extrativistas.

Reconhecimento do território quilombola

Após longo processo de luta, em 1996, a Fundação Cultural Palmares entregou às famílias quilombolas do povoado Santa Maria a Certidão de Autorreconhecimento como comunidade remanescente de quilombos. Esse documento favoreceu a desapropriação de 400 hectares da antiga Fazenda Santa Maria em favor da comunidade, no ano de 1997. Entretanto, para os quilombolas, essa desapropriação não é suficiente, pois consideram o território quilombola como duas vezes e meia maior do que a área desapropriada, que não é suficiente para atender as necessidades de espaço para o cultivo e o extrativismo, e muitas famílias vivem uma situação de confinamento nas terras onde seus ancestrais viveram.

Os quilombolas continuam a denunciar as ameaças feitas por fazendeiros que ocupam áreas do território. A situação de confinamento das famílias em pequenas áreas, assim como a escassez de terra para plantio afetou o sistema de rotação das roças, pois não permite o repouso das áreas cultiváveis. Ao longo do tempo, o uso intensivo do solo leva ao seu esgotamento e conseqüentemente produz impacto na produção agrícola.

Os herdeiros de Zeferino não foram os únicos prejudicados com a redução do tamanho da área de roça e extrativismo. As famílias dos outros povoados que ainda esperam pela regularização de todo o território quilombola foram também atingidas, uma vez que as áreas de plantio eram de uso comum.

Todo ano tem festa

As festas realizadas em Santa Maria dos Pinheiros funcionam como elo entre os povoados vizinhos, bem como de outras comunidades quilombolas, desde os tempos de Zeferino. Antes, elas acompanhavam o calendário das atividades agrícolas. Como as dificuldades de “botar roça”, ou seja, de fazer suas plantações, aumentaram depois da venda das terras, a realização das festas ficou comprometida. Seu Tinoco recorda que “na comunidade antigamente tinha várias atividades”, as chamadas brincadeiras. Cita o tambor de crioula, o coco, o bumba meu boi e inclui a mina – ou, tambor de mina, expressão religiosa de matriz afro-brasileira-, lembrando que tinha um tio praticante.



Capela do Divino Espírito Santo. Foto de Joel Marques, abril de 2016.

A Festa do Divino Espírito Santo realizada há mais de 30 anos, no mês de agosto, é considerada a principal festividade celebrada em Santa Maria dos Pinheiros. Sob as bênçãos desse padroeiro, os descendentes de Zeferino resistem no território. Conta Dorinha que durante a festa “vão cantar e vão esperar a celebração na igreja, aí tem a oração, aí elas vão cantar o bendito do Divino, aí eles lá sentados com os santos na cabeça, aí quem quer dançar com seus filhos dançam”.

Esta festa envolve muitos gastos por ser celebrada ao longo de 3 dias. **A boa colheita garante fartura para a festa, já que a alimentação oferecida no decorrer dos três dias de festa é assegurada com a produção da comunidade. Farinha, arroz, tapioca são produzidos pelos quilombolas. “A gente tem roça aí”, diz Seu Tinoco. “Vai, pega o arroz, manda pilar, manda socar, só ajuda mesmo as próprias pessoas que vão fazer a festa, nós não temos ajuda de fora.”** Bois e porcos também são abatidos para serem servidos.

Esta festa reforça o vínculo do povoado de Santa Maria com os outros povoados que fazem parte do território quilombola e também com outras comunidades quilombolas localizadas no município de Itapecuru-Mirim. As celebrações reforçam também os vínculos de parentesco e estreitam relações familiares, assim como amizades, pois mobilizam pessoas que moram nos arredores do quilombo e também aquelas de outras regiões, que mantêm algum vínculo com os moradores. Nessa festa, “Ah, parente vem tudo. Vem do Itapecuru, vem do Pará, vem do Colombo, Oiteiro, de todo lugar, de toda biboquinha aí vem gente”, conta Dorinha, sobrinha do primeiro organizador, Senhor Antônio Pacheco. Além do contato entre pessoas, a festa promove também intercâmbios e solidariedades, como o empréstimo da imagem do Divino para a realização do festejo nos povoados de Colombo, Morro Grande e Moura.

A participação ativa das *caixeiras* do Quilombo Santa Rosa dos Pretos também tem sido fundamental na celebração. As caixeiras são detentoras de um saber específico sobre a parte ritual da celebração. Envolvidas nas várias etapas da festa, do início até o encerramento –

do levantamento até a derrubada do mastro, o suporte onde a imagem do Divino Espírito Santo é exposta. Além de devotas que tocam *caixa* (instrumento de percussão) e cantam, elas se dedicam a manter o legado dos antepassados, aprendendo e ensinando todos os detalhes do ritual religioso ao longo das cerimônias realizadas durante o festejo.

As festas são importantes porque ajudam a renovar e fortalecer a esperança na força da comunidade, fazendo acreditar que vale a pena seguir lutando e construindo novos caminhos. **Para enfrentar os conflitos e defender o direito que conquistaram, assim como a organização em associações, os quilombolas celebram e reafirmam seus laços e vínculos nesses momentos festivos. Dessa maneira têm conseguido se manter até os dias de hoje “nessa terra que não se dá, não se vende e não se arremedia.”**

Os moradores de Santa Maria dos Pinheiros seguem lutando para que os povoados Colombo Moura e Morro Grande consigam a regularização das terras que habitam desde tempos ancestrais. A luta pela posse e pelo direito de uso da terra é uma questão fundamental, assim como o acesso aos recursos naturais, as celebrações e festividades religiosas.

Esta narrativa foi composta por Gyordanna Patrícia Pereira Silva com base no Relatório Técnico de Identificação, Delimitação e Reconhecimento da Comunidade Remanescente de Quilombos Santa Maria dos Pinheiros de autoria de Ivan Guimarães. Foi também consultada a obra “Os Herdeiros de Zeferino: perícia antropológica em processo de regularização do território quilombola”, de Benedito de Souza Filho e Maristela de Paula Andrade. São Luís: EDUFMA, 2013. 248 p.

Uma palavra da comunidade

Santa Maria dos Pinheiros

Como terra de herança, a terra de Santa Maria dos Pinheiros deve ser usufruída de modo coletivo pelas famílias que nela vivem nos dias hoje. Os desafios vivenciados pelos descendentes de Zeferino são diários e se devem à escassez de terra, o que dificulta a reprodução das famílias, e às ameaças constantes dos donos das fazendas que estão ao redor do quilombo.

A manutenção da relação de vizinhança e solidariedade estabelecida entre Santa Maria dos Pinheiros e outros povoados, como Morro Grande, Colombo e Moura, também figura como desafio, pois o território foi recortado a partir da expropriação das terras. A produção agrícola encontra-se fragilizada devido à falta de recursos materiais e ao esgotamento das áreas cultiváveis.

O plantio do arroz, do milho, da mandioca, da macaxeira e da batata tem sido cada vez mais reduzido na comunidade, com as áreas de roça escassa. O acesso a alguns recursos materiais ajudaria a aumentar a produção e alimentos, melhorando também a renda das famílias. A construção de um açude para a criação de peixes, a instalação de um sistema de irrigação e a compra de um trator são demandas imediatas da comunidade para que se possa desenvolver o cultivo das terras e assim assegurar a permanência no território. A prática de atividades complementares, como a criação de peixes e granjas para criação de frangos, representa uma alternativa à atividade agrícola, que, embora seja a principal, mostra a necessidade de adaptação das famílias aos problemas de má qualidade do solo e de baixa produtividade.

Outra ação é a tentativa de uso para plantio da área localizada abaixo da linha de transmissão da Eletronorte que corta o território de Santa Maria dos Pinheiros. Essa ideia vem como uma alternativa dos quilombolas aos problemas ocasionados pela instalação da linha de transmissão em uma ampla área que não é utilizada para outros fins.

A saída dos jovens para o Rio de Janeiro é recorrente na comunidade. O acesso aos meios materiais, como o trator, o açude e ao sistema de irrigação, serviria para dar condições aos jovens de continuar a desenvolver práticas agrícolas nas terras, evitando que saíssem do território.



Quilombolas em reunião abrigados pela copa da árvore. Foto de Joel Marques, abril de 2016.

Este texto foi produzido com base no depoimento dado a Maria da Consolação Lucinda por Seu José de Ribamar Tinoco, 59 anos, presidente da Associação dos Moradores Quilombolas do Povoado Santa Maria dos Pinheiros, em 24 de setembro de 2015.



Projeto Formulação de uma Linguagem Pública Sobre Comunidades Quilombolas

PARCERIA	INCRA/CGPCT/NEAD; UFMG/OJB, CERBRAS
COORDENAÇÃO GERAL	Lilian C. B. Gomes, Juarez Rocha Guimarães, Maria Consolação Lucinda, Leonardo Avritzer, Rodrigo Ednilson de Jesus
CONCEPÇÃO DE TEXTO, EDIÇÃO FINAL E SUPERVISÃO	Fernanda de Oliveira, Rodrigo Ednilson de Jesus, Juliana Soares Campos e Carlos Eduardo Marques
CONSULTA ÀS COMUNIDADES	Aline Neves Rodrigues Alves, Marilene Ribeiro
ADMINISTRAÇÃO	Agnaldo P. Ferreira Júnior, Priscila Z. Martins, Danúbia Zanetti
MAPAS E FOTOGRAFIAS	Alexander Cambraia N. Vaz
PROJETO GRÁFICO	Paulo Schmidt

S586qm Silva, Gyordanna Patricia Pereira
Quilombo Santa Maria dos Pinheiros / Gyordana Patricia Pereira Silva. -
Belo Horizonte : FAFICH, 2016.

16 p. (Terras de quilombos)

Baseado no Relatório técnico de identificação e reconhecimento de
comunidade remanescente de Quilombos Santa Maria dos Pinheiros, elaborado
por Ivan Guimarães.

1. Quilombos. 2. Antropologia. 3. Guimarães, Ivan. Relatório técnico de
identificação e reconhecimento de comunidade remanescente de Quilombos
Santa Maria dos Pinheiros I. Título. II. Série.

CDD:306

CDU:39

MICHEL TEMER
Presidente da República

ELISEU PADILHA
Ministro da Casa Civil

JOSÉ RICARDO RAMOS ROSENO
Secretário Especial de Agricultura Familiar
e do Desenvolvimento Agrário

JEFFERSON CORITEAC
Secretário Executivo Adjunto de Agricultura
Familiar e do Desenvolvimento Agrário

CARLOS EDUARDO BOVO
Diretor da Coordenação-Geral de Gestão
Estratégica, Monitoramento e Avaliação
(CGMA/ NEAD)

WILLY DE LA PIEDRA MESONES
Coordenador-Geral de Gestão Estratégica,
Monitoramento e Avaliação (CGMA/ NEAD)

LEONARDO GÓES SILVA
Presidente do Instituto Nacional de
Colonização e Reforma Agrária - Incra

ROGÉRIO PAPALARDO ARANTES
Diretor de Ordenamento da Estrutura
Fundiária - Incra

ANTONIO OLIVEIRA SANTOS
Coordenador Geral de Regularização
de Territórios Quilombolas - Incra

GUILHERME MANSUR DIAS
ISABELLE ALLINE LOPES PICELLI
JULIA MARQUES DALLA COSTA
Coordenação Executiva do Projeto

SERVIÇOS QUILOMBOLAS
Apoio técnico – Superintendências do
Incra nos estados

A Coleção Terras de Quilombos reúne um conjunto de

narrativas a respeito da formação, do modo de vida e das lutas travadas por comunidades quilombolas brasileiras para se manter em seus territórios tradicionais. Em cada livreto, uma comunidade quilombola é apresentada em sua singularidade.

Ao todo, a Coleção oferece um panorama da diversidade de trajetórias vividas por ex-escravizados – incluindo por vezes indígenas e grupos em outras situações sociais – para conquistar a sua independência e se estabelecer na terra autonomamente. O fato de terem sido deixados à própria sorte após a Abolição resultou em uma multiplicidade de caminhos percorridos para conseguirem consolidar os seus territórios. Foram muitos os modos como ocuparam as suas terras e distintas as maneiras como formaram as suas comunidades, enfrentando todo tipo de desafios para se relacionarem livremente com seu entorno.

O conceito de quilombo esteve associado ao período da colônia e do império. Com a Abolição, os quilombos deixaram de ser mencionados, como se o fim de quatro séculos de escravidão significasse a garantia de liberdade. No entanto, os quilombolas continuaram e continuam a lutar para reproduzir seus modos de criar, fazer e viver, resistindo às dificuldades, injustiças e preconceções legadas pelo período escravocrata. São essas as histórias narradas nesta Coleção. São histórias do Brasil vistas pelo prisma de quem, com suas tradições, formas de vida, religiosidades e respeito à terra, enriquece o mosaico da sociodiversidade brasileira.

UFMG

CERBRÁS
CENTRO DE ESTUDOS
RURAIS E AMBIENTAIS

IB
CES - AL

Quilombos

INCRA nead

SECRETARIA ESPECIAL DE
AGRICULTURA FAMILIAR E DO
DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

CASA CIVIL

BRASIL
GOVERNOS UNIDOS